



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 26-09-18

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 14ª audiência pública de 2018, com a presença deste Vereador na Presidência e a Vereadora Soninha Francine.

Esta audiência tem como objeto o cumprimento do disposto no artigo 9º, inciso IV da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no link *Auditórios Online*. A publicação nos jornais de grande circulação deu-se em 21/09/2018 no jornal *O Estado de S.Paulo* e 24/09/2018 no jornal *Folha de S.Paulo*. A publicação no *Diário Oficial da Cidade* deu-se nos dias 21, 22, 24 e 25/09/2018.

Convidamos para esta audiência pública, os quais comporão a Mesa: Sr. Caio Megale, Secretário Municipal da Fazenda – a quem agradeço mais uma vez pela presença -; Marcos Chust, Agente de Fiscalização do TCM, nesta reunião representando o Sr. João Antonio, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; Otávio Carneiro de Souza Nascimento, Assessor Econômico da Secretaria Municipal da Fazenda; Emerson Onofre Pereira, Subsecretário do Tesouro Municipal.

Contamos ainda com a presença dos Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e da população em geral.

Secretário, bem vindo mais uma vez. Boas notícias para nós. Vamos manter a tradição, com o Secretário iniciando a exposição? (Pausa) Já consideramos abertas as inscrições. Tem a palavra, Secretário.

- Orador passará a se referir a imagens na tela de projeção.

O SR. CAIO MEGALE – Nobre Presidente Jair Tatto, Vereadora Soninha Francine,

é um prazer estar presente nesta Casa mais uma vez para discorrer sobre os números do exercício fiscal de 2018, agora falando sobre os dados do segundo quadrimestre. Farei uma breve apresentação sobre receitas, despesas e os resultados – o equilíbrio entre receitas e despesas. Farei uso da presença do Otávio para me ajudar. Na hora da apresentação, ele detalhará um pouquinho mais sobre as receitas, cada uma das linhas, o que está crescendo mais ou menos do que o esperado. Depois, como sempre, abriremos para discussões, conversas e debates.

Falarei primeiro sobre as receitas; depois as despesas; por fim, sobre os resultados.

Começando pelos resultados consolidados, optei por colocar nas colunas os resultados de arrecadação desde 2015 e por comparar com a Lei Orçamentária de 2018. Acho que isso nos ajuda a entender que linhas de receita estão melhores do que se estimava no início do ano e que linhas de receita estão piores do que se estimava no início do ano.

Começo pelas receitas correntes. No acumulado de janeiro a agosto – ou seja, nos dois primeiros quadrimestres -, somamos 35 bilhões, 499 milhões, quase 35,5 bilhões. Comparado com uma LOA de 35,18 bilhões, estamos melhores nas receitas correntes do que estimávamos na Lei Orçamentária. Houve um crescimento de 8% frente ao ano passado, crescimento importante. As duas taxas de crescimento anteriores estavam na ordem de 4%. Esses 8% de crescimento, eu atribuiria primeiro a certa retomada da economia. Sabemos que não é uma retomada muito pujante. A economia começou bem o ano, depois deu uma arrefecida, especialmente com as incertezas no quadro eleitoral e as incertezas internacionais também. Alta de juros nos Estados Unidos, volatilidade externa, alta do preço do petróleo são fatores que afetam a expectativa de crescimento no País. Tivemos também a greve dos caminhoneiros, uma série de eventos que afetaram o crescimento; mas o crescimento está melhor do que nos anos anteriores. Isso explica um pouco da retomada da arrecadação.

Outra parte dessa retomada está relacionada aos esforços da Receita Municipal, de

fiscalização e malhas, e também os esforços da Procuradoria do Município, de cobrança da Dívida Ativa, cujos números iremos detalhar.

Nas receitas de capital, somamos 2 bilhões, 844 milhões, um crescimento de 133%. Mas aí é importante fazermos um comentário para que a avaliação seja bem feita. Há uma linha aqui, das receitas de capital, que são as receitas de depósitos judiciais. Esses depósitos são aqueles em que a Prefeitura é parte, que a Emenda Constitucional e a Lei Federal nos permitiram levantar para o pagamento de precatórios. Até 2017, nós computávamos como receita corrente não recorrente - aquela última linhazinha da receita corrente; ou seja, levantamos 368 milhões em 2016 e 127 milhões em 2017. Aí, em 2018 aparece zero porque, na verdade, os depósitos judiciais passaram a entrar naquela linha de receitas de capital, fruto de uma determinação do Tribunal de Contas do Município. O TCM determinou que computássemos como receita de capital, e fizemos isso. Então, esses 599 na verdade comparam-se com os 127 e os 368 acima.

Para olharmos as receitas de capital, sugiro olharmos para a linha de cima, “receitas de capital (exceto depósitos judiciais)”. Temos uma melhora em 2018 frente a 2017, ano que em essas receitas foram bastante fracas, especialmente em receitas de outorga. Temos a retomada, ainda abaixo do que foi em 2016 - quando o valor era de 970, frente a 910 em 2018. Portanto, uma melhora em 2018, mas ainda significativamente abaixo da LOA de 2018.

Acho que a grande diferença está na linha das desestatizações e parcerias. Nós tínhamos uma expectativa de que houvesse receita já em 2018. O processo se mostrou - tanto do ponto de vista legal como do ponto de vista administrativo – um pouco mais longo do que o esperado, mas os processos estão andando. Nós vamos encaminhar a Lei Orçamentária para o ano que vem e, certamente, para 2019 há uma expectativa de que essas receitas aconteçam. Mas estamos chegando perto do final de 2018 e, por enquanto, ainda não tivemos receitas nessa linha. Então, acho que essa é a grande diferença ali. Há diferenças de repasse, mas eu

acho que essa é a principal.

Então, de forma geral, nós temos um volume de receitas acumulado até agosto de 37 bilhões, comparado com uma LOA que previa 38. Então, estamos a 1 bi abaixo. Eu diria que, considerando as incertezas da receita de capital, acho que estamos muito bem e muito próximos do que se previa na Lei Orçamentária enviada a esta Casa no final do ano passado.

Então, o crescimento de receitas, que eu acho que é o mais importante ali, está em 10,4%, em termos nominais, frente ao ano passado. É importante gravar esse número para comparar com o crescimento das despesas, que falaremos um pouco mais à frente.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Presidente e Secretário, posso fazer uma pergunta em cima desse *slide*? (Pausa)

Por que esse aumento tão grande nos depósitos judiciais? O que aconteceu para que tenha havido esse aumento?

O SR. CAIO MEGALE – É um bom ponto. Os depósitos judiciais têm um sistema, eles ficam consolidados no Banco do Brasil. E há um sistema, no Banco do Brasil, que vamos apurando e fazendo os repasses mensais, conforme eles vão sendo identificados. No mês passado, identificamos uma certa lentidão nesse processo e fizemos uma varredura, com o Banco do Brasil, na base e identificamos mais depósitos que não estavam claramente identificados como da Prefeitura, mas com um certo esforço de pesquisa passou a ser identificado que eram depósitos da Prefeitura, e puderam ser levantados. Isso é uma receita carimbada. Veremos lá na frente, quando eu mostrar o resultado primário, que o resultado primário é maior que o razoável nesse período, exatamente por causa desses 600 aqui. Esse cara é carimbado, ele vai ser para pagamento de precatórios ao longo do tempo. Nós temos uma emenda constitucional que nos demanda o pagamento integral do estoque de precatórios até 2024 e essa é a parte do esforço.

P – E o senhor considera que esse esforço está concluído ou ainda é possível que se identifiquem depósitos em que a Prefeitura é parte e que ainda não foram identificados?

R – Eu acho que é possível. Mas, enfim, esse esforço já fez uma boa varredura. Eu acho que o grosso já veio aqui. Até é um sinal de alerta, na verdade, para nós para os próximos exercícios, porque, como a emenda constitucional nos demanda manter o ritmo de pagamento de precatórios – e nós temos um compromisso de pagamento até o final de 2024 –, conforme o volume de levantamentos de depósitos judiciais diminui, eu tenho de completar isso

com receitas do Tesouro. Ou seja, o Tesouro será pressionado, daqui até 2024, para o pagamento de precatório para o cumprimento da emenda constitucional, que determina o pagamento integral. Até o final de 2018, temos um estoque de precatórios perto de 18 bilhões de reais. É muito grande. E eu diria que, com o equacionamento da Previdência, são dois grandes desafios que a gestão financeira do Município tem para os próximos anos.

P – Qual é o estoque de precatório? Dezoito?

R – Dezoito bi. Boa parte dele de natureza alimentar, relacionado ao período de inflação alta.

Entrando nas receitas, eu vou pedir para o Otávio passar, rapidamente, pelos números, explicando o que é cada uma.

O SR. OTÁVIO CARNEIRO DE SOUZA NASCIMENTO – Bom dia a todos.

Só vou explicar, um pouquinho mais, sobre as receitas correntes, que tiveram um resultado nominal de 8% em relação ao ano passado. Esse resultado, em termos percentuais, já foi o dobro do ocorrido em 2016 e 2017, que estavam na casa de 4%, que é um ganho muito bom para a Prefeitura. Estamos em tempos de inflação baixa e ter um crescimento alto das receitas correntes é muito positivo.

A primeira linha é a mais importante para a Prefeitura, que são os impostos, taxas e contribuições de melhoria. Compreende os principais impostos da Prefeitura, que são o ISS, IPTU e ITBI. Todos os três estão acima da casa de 10%, e vamos ver isso mais detalhado no próximo *slide*. Temos, também, o imposto de renda sobre a folha de pagamento dos funcionários da Prefeitura e da Administração Indireta.

Na segunda linha, vêm as receitas de contribuições. Essas contribuições são basicamente duas: as contribuições sociais dos funcionários da Prefeitura, sendo as contribuições patronais e as contribuições dos servidores, que cresceram 4,9%. Elas estão bem posicionadas pelas contribuições dos servidores inativos, porque, como a folha dos inativos está crescendo muito, essa contribuição previdenciária cresce bastante também. Só que ela cresce muito menos que a nossa despesa com os inativos.

Além dessas contribuições, temos a contribuição da Cosip, que é a contribuição para a iluminação pública. Ela está subindo em linha com a inflação. Ela foi reajustada, inclusive para baixo, no final do ano passado, porque houve uma queda no valor da energia elétrica. Ela dá em torno de 500 milhões por ano. Mas, para o ano que vem, como a Eletropaulo já anunciou um aumento de mais de 14%, esse aumento também deverá refletir na

Cosip para o ano que vem.

Dentro das receitas patrimoniais, vemos uma queda muito grande. Essa queda se deve principalmente à nossa taxa de juros menor. Dentro das receitas patrimoniais, a principal é a de aplicação financeira e essas aplicações financeiras são balizadas pela taxa de juros. Como a taxa de juros caiu muito, comparando os primeiros oito meses do ano passado com os primeiros oito meses deste ano, percebemos uma queda de 23%. Na verdade, se compararmos só as aplicações financeiras, essa queda é de mais de 30% por causa da taxa de juros, e ela é um pouco atenuada pelas receitas de venda de créditos de quilômetros. Esta é uma receita que vem subindo e vem incrementando a receita patrimonial.

A receita de serviços engloba principalmente os serviços funerários e alguns serviços de transporte.

As receitas de transferência são principalmente receitas de ICMS, IPVA, Fundo de Participação dos Municípios e algumas receitas quebradas, que veremos no próximo *slide*.

E outras receitas correntes estão caindo um pouco. Estão perto de 1,5 bi. Os principais componentes delas são as multas de trânsito e multas de outras categorias, e algumas receitas também de fundos diversos, como FEMA e alguns outros fundos.

A SRA. SONINHA FRANCINE – E por que, nesse caso, caiu a receita do FEMA, por exemplo?

O SR. OTÁVIO CARNEIRO DE SOUZA NASCIMENTO – Não, na verdade, ela está sendo puxada pela receita de multa de trânsito, que caiu bastante.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Receita de multa que caiu bastante?

O SR. OTÁVIO CARNEIRO DE SOUZA NASCIMENTO – É. A quantidade de multas caiu bastante.

Aí, só detalhando um pouco mais entre os impostos, dá para perceber que os quatro primeiros, que são os administrados pela Prefeitura, estão crescendo todos acima de 10% - o IPTU, o ISS, o ITBI e o imposto de renda dos funcionários, enquanto o FPM, que é o imposto federal, está crescendo na casa de 7,4%. Ainda assim, é um crescimento bom, porque ele está ligado à arrecadação do Governo Federal com imposto de renda e, como não houve reajuste da tabela do imposto de renda, eles estão conseguindo uma arrecadação acima da

inflação, que não necessariamente é um ponto positivo. Já o ICMS e o IPVA vêm subindo um pouco melhor do que o ano passado; o ICMS já sobre acima da inflação, mas, mesmo assim, de uma maneira bem lenta, e o IPVA, 2,3%, um pouquinho abaixo da inflação, muito pela troca de carros que vem sendo evitada por causa da crise econômica. Dá para perceber que a quantidade de carros novos na cidade de São Paulo vem caindo ano a ano, muito pelas políticas de incentivo que houve no passado para compra de veículos e que agora não está mais tendo.

Detalhando um pouquinho agora as receitas de capital. Em relação às operações de crédito, em 2018, já recebemos o recurso de duas operações de crédito, totalizando 85 milhões, que são 70 milhões para a Habitação e 15 milhões para o Programa Asfalto Novo.

A alienação de bens não teve nenhuma entrada importante, e a amortização de empréstimos também vem em linhas. As transferências de capital tiveram um incremento de 18%, o que significa quase cem milhões a mais; uma parte delas por causa das transferências de capital da União, que realmente melhoraram em relação ao ano passado, que foi bem fraco, e um pouco também do convênio que temos com a Sabesp, que vai para o FMSAI.

Dentro das outras receitas de capital, quisemos destacar os depósitos judiciais, sobre os quais o Secretário já falou anteriormente, que são os 599 milhões, e a outorga onerosa, que é a venda do potencial do direito de construção, que vai para o Fundurb, que é uma importante receita que garante investimento para a cidade de São Paulo, que vem crescendo bastante, muito pela estabilidade política de agora da Prefeitura, já que no ano passado ainda havia muita discussão do que seria feito com o preço dessas outorgas onerosas, se iria mudar, se não iria, e também com a retomada dos investimentos na construção civil. Esse é o primeiro olhar que a construção civil vai melhorar – antes de se fazer a construção, compra-se a outorga onerosa, e por isso ela quase dobrou nesses primeiros oito meses em relação aos oito meses do ano anterior, totalizando uma receita de 1,5 bilhão. No entanto, frente à LOA, como falou o Secretário, ela está bem abaixo, já que eram previstos 2,8

e até o momento tudo correndo bem, tudo correndo rápido, mas acabou não acontecendo.

O SR. CAIO MEGALE – Obrigado, Otávio.

Então, retomando, falamos das receitas e, para resumir, o ritmo de receitas é razoável, com receitas correntes melhores do que o esperado, receitas de capital abaixo do esperado. Estamos só um pouquinho abaixo do orçamento, o que nos permite uma execução de despesas um pouco melhor e um pouco maior do que no ano passado, embora sempre cautelosos, com uma retomada mais moderada para que o equilíbrio orçamentário se mantenha.

As despesas correntes cresceram 5,4% nesses dois quadrimestres frente aos dois quadrimestres de 2017. É uma pequena aceleração frente a 2017, mas ainda abaixo do ritmo de crescimento muito acelerado do qual vínhamos desde 2016. Despesas de capital, que tiveram que ser contidas muito fortemente em 2017 por conta da necessidade de um reequilíbrio econômico orçamentário mais forte, agora estão podendo voltar a crescer; os investimentos estão gradativamente voltando a subir. O total geral das despesas cresce 6,6.

Chamei a atenção para o número de crescimento das receitas: 10,4%, e o crescimento das despesas, mais acelerado do que no ano passado, que foi 1%, mas abaixo do crescimento das receitas, o que nos permite a continuidade do equilíbrio orçamentário no Município.

Abrindo as despesas correntes, esta tabela é importante porque aqui percebemos o que está crescendo muito e o que está sendo espremido. Pessoal e encargos com crescimento de 6%, um crescimento bem acima da inflação, que é quase metade disso. É algo para chamar a atenção, mas sabemos da necessidade de concursos, de nomeações, de reajustes salariais em uma ou outra categoria que ficou mais defasado e isso vai se refletindo nesses números em 2018. Mas o grande crescimento não é nos ativos, que cresce só 1,9%, mas sim nos inativos, que, em oito meses, cresceram de 4.8% para 5.4%, 13,8%.

Estamos enviando o orçamento para a Câmara até o final desta semana, nosso

prazo legal; não vou antecipar nenhum número, mas antecipo algo que vocês já sabem: a linha orçamentária que mais vai crescer é a previdência. Para o ano que vem, vai crescer de novo cerca de 1 bilhão nesse ritmo de 13%, 14%; nenhuma outra despesa cresce nesse ritmo, o que significa que a previdência continua tomando espaço do Orçamento público.

Juros e encargos caindo bem, o que é uma boa notícia; em parte porque o estoque da dívida está bem menor e, por outra parte, porque a taxa de juros caiu e, portanto, estamos pagando menos em juros e encargos. E as outras despesas correntes crescem 5%, um pouquinho acima da inflação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – Até o fim, esses 5,4% devem acabar em 6,3%, 6, 4%.

Acho que essa é a melhor estimativa hoje. Então, ainda temos...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – Mas a base também é só até agosto. Então, quando esticarmos a base até agosto de 2017, vai-se manter esse ritmo de 13...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – É mais ou menos nesse ritmo, 14%. No ano passado, esse 4,8% fechou em 5,7%, e o 5.4% vai fechar em 6,3%, 6.4%, 6.5%, por aí. Esse é o ritmo.

Abri aqui alguns números, algumas funções que têm um ritmo de crescimento um pouco maior. A função educação é uma função que cresce bastante, 6.4%; são 400 milhões de reais a mais executados no ano passado. Isso reflete, em parte, a prioridade da gestão da educação e, em parte, a necessidade do cumprimento dos mínimos constitucionais.

A saúde está crescendo 1,3%, mas aí há um detalhe: no primeiro trimestre de 2017, executamos muito da saúde que tinha sobrado do final de 2016, com pagamento das OSs, com compra de remédios, etc., e, a base ficou elevada. Por isso, esse crescimento de 1,3% parece pouco, mas o valor total de 6,1% é bastante significativo na Saúde.

Compensação tarifária segue crescendo, em boa parte porque também estamos

pagando, em 2018, despesas que ficaram para trás de 2016. Pessoal inativo, esse é o que mais cresce, já falei sobre isso. E fiz aqui o extrato da Secretaria de Cultura que normalmente é algo que se comenta muito, se discute muito nessas audiências, estamos com 7% de crescimento, enfim, temos uma boa execução da Cultura também.

Agora, abrindo por despesas de capital que são os investimentos, em 2018, até abril, já investimos 1 bilhão, comparado com 650 do ano passado. E 1,4 bilhão, de 2016. Ou seja, ainda não conseguimos retomar o período de 2016, mas estamos criando as condições para que o investimento vá gradativamente acelerando e retomando o seu papel dentro do orçamento público a despeito de todas as pressões correntes que já mencionei.

As inversões financeiras têm um volume baixo. A amortização de dívida continua num ritmo importante. Temos um total de 2 bilhões 522 milhões. Aqui mostrando o gráfico, tirei precatórios desse número, porque não faz sentido colocar na estatística de investimento os precatórios. No início do ano passado tivemos de fazer uma parada geral para dar uma rebalanceada, uma reavaliação de obras e de investimentos e agora estamos retomando. E a tendência é que essa barra verde aí da ponta, de 2018 para 2019, o ritmo volte e se consiga retomar os padrões de 15, 16, 14. Mas é fundamental, sempre repito isso e volto a repetir agora, que equacionemos aquela dinâmica da Previdência, porque parte do que está limitando o crescimento do investimento é sem dúvida nenhuma o rápido crescimento das despesas com previdência.

Restos a pagar. Ficamos com restos a pagar para este ano na ordem de 2.5 bilhões. É um ritmo mais ou menos em linha com os anos anteriores. Fizemos pagamentos de 1,7 bilhão, cancelamos 630 e estamos com um saldinho de 40 milhões. Ou seja, comparado com a base é praticamente irrisório. É importante destacar esse gráfico porque a crise fiscal de muitos estados e municípios implica um volume muito grande de saldo de restos a pagar que vão sendo enrolados, empurrados para frente. E isso não acontece no Município de São Paulo. A Gestão passada era assim. Essa Gestão e a anterior também são. Temos um zelo muito

grande para que as despesas caibam dentro do orçamento e não gerem restos a pagar que fiquem sendo empurrados e prorrogados para frente.

Resultados, dívida e limites que ao fim e ao cabo é o que temos de apresentar aqui, que é o resultado de receitas e despesas. Então tivemos receitas realizadas de 37,8; 65,6% do orçamento. Despesas realizadas de 32,4. Ou seja, tivemos neste período um *superávit*, o que é normal. Vou mostrar aqui a sazonalidade – só lembrando vocês -, é normal que o primeiro quadrimestre tenha-se um *superávit* grande. O segundo quadrimestre fique perto do zero a zero e no último quadrimestre tenhamos um *déficit*, porque para a arrecadação de IPTU, entra 13º, aquela história toda e as contas se equilibram lá no fim. Mas a boa notícia aqui é que fizemos uma execução até agosto que permite entrarmos no último quadrimestre com o conforto de que as contas vão ficar equilibradas e fechar direitinho no final do ano.

Aqui é o mesmo gráfico, os mesmos números, abrindo aqui numa tabela, ficando com um resultado primário bastante confortável, quatro bilhões e 942.

Acumulado no quadrimestre, esse gráfico mostra o primeiro quadrimestre foi quatro bilhões e 900, o segundo foi positivo, o número ficou bastante alto daí eu lembro dos depósitos judiciais. Até destaquei em amarelo os depósitos judiciais que são extraordinários e carimbados para pagamentos de precatórios. Quando eu tiro isso, fica mais ou menos em linha com os anos anteriores, um crescimento no acumulado num ano, no segundo quadrimestre, certamente no último quadrimestre esse número cai e fica perto da meta que temos para o ano e em linha com os números que foram observados em 2017, 2015, 2014 foi mais baixo, 2016 foi bem mais baixo, mas a expectativa é que 2018 terminemos o ano com um *superávit* primário que é semelhante ao de 2017 e ao de 2015.

Aqui eu só abri por quadrimestre, que é aquela dinâmica que eu comentei há pouco com vocês, ou seja, o primeiro quadrimestre pegando desde 2013. O primeiro quadrimestre é muito forte porque entra o grosso do IPTU, o segundo quadrimestre é meio zero a zero, foi um pouco mais positivo em 2013, em 2017 e aí o último quadrimestre negativo, que nós

terminamos de fazer os pagamentos. Às vezes, há pagamentos atrasados, que a gente não consegue capturar ao longo do ano, mas nós liquidamos até o final do exercício para que as contas fechem equilibradas.

Aqui a mesma coisa, só colocando agora o resultado nominal, que é a variação da dívida. Fizemos com resultado nominal abaixo da linha, ou seja, a variação de estoque da ordem de quatro bilhões e 312. Esse é o valor em que caiu a dívida do município nesse período.

É a mesma coisa, só mostrando aqui o quadrimestre, a gente tinha uma meta que subisse um pouco a dívida e ela caiu porque não tivemos as execuções das operações de crédito e tudo.

São os limites da RCL, todos cumpridos direitinho. Despesas com pessoal, estamos ali no limite máximo, limite prudencial, receitas são garantias de valores e operações de crédito. Mas, eu queria dar uma palavrinha só sobre a primeira parte, as despesas com pessoal. Nos últimos anos, a prefeitura fez um movimento de terceirizar boa parte das atividades que são de natureza do município. Não estou falando de serviço de limpeza e de segurança, estou falando especialmente na área da assistência social, da saúde e da educação, creches, os centros de acolhida, hospitais, OSs que têm médicos, professores só que são terceirizados.

Aos olhos da lei fria, não detalhava que isso precisava ser incluído, porque a LRF, quando ela foi elaborada, não havia esse movimento que foi posterior e parte um pouco até para sair desses limites da LRF. Estamos redigindo no Executivo para enviar à Câmara Municipal uma Lei de Responsabilidade Fiscal, em que nós vamos fazer algumas sugestões de ajustes na execução, no acompanhamento da execução orçamentária e uma delas é sugerir colocar explicitamente aqui nessa conta os terceirizados.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – Teoricamente tem de pegar OS por OS e ver quanto é a despesa de pessoal dentro daquele contrato, mas fazendo uma estimativa usando que 80% do

serviço prestado é mão de obra, que parece razoável, o 36 pula para 53, 52, por ali, ainda dentro de um limite prudencial, mas com uma realidade muito mais apertada e verdadeira do que...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – Isso. Eu acho que o critério tem de ser: qual é aquela atividade-fim da Prefeitura – e não atividade-meio, por exemplo, limpeza, Segurança, vigilância de parques.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE – Inclui todas as áreas, mas o grosso, aqui, são Educação, por causa das creches, principalmente, Saúde e assistência social.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Assistência social tem serviço em que Recursos Humanos equivalem a 80%.

O SR. CAIO MEGALE – Por que isso está aqui? Porque despesa com pessoal, na prática, é aquela hiper-rígida, em que você não consegue mexer. Falar que os serviços da assistência, as creches da Educação e as OSs da Saúde são, entre aspas, “mexíveis”?

A SRA. SONINHA FRANCINE – Flexibilizáveis?

O SR. CAIO MEGALE – Flexibilizáveis. Não é verdade.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Corte uma assistente social para economizar. Não tem como fazer isso.

O SR. CAIO MEGALE – É verdade.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Inclusive, há a lei determinando o Quadro de Recursos Humanos. Há lei federal determinando, para cada serviço assistencial, qual é o quadro de RH mínimo. Quer dizer, não é uma despesa rígida nos termos da LRF, mas é uma despesa rígida nos termos da realidade da execução do serviço.

O SR. CAIO MEGALE – Da execução orçamentária, sem dúvida.

Por fim, há aqui o gráfico da trajetória da dívida. A trajetória até 2015 está bastante

acima do que é o limite de endividamento – ou seja, inviabilizando completamente o Município de tomar operações de crédito. De 2015 para 2016, a gestão anterior da Prefeitura fez aquela importante renegociação da dívida, que trouxe a dívida para abaixo dos limites, já abrindo espaço para as operações de crédito. Nós demos continuidade a essa tendência de redução do endividamento, abrindo espaço para as operações de crédito. O Sr. Otávio mencionou que nós já levantamos recursos para a área da Habitação e da revitalização de vias públicas. É “revitalização”?

A SRA. SONINHA FRANCINE – Chamando “asfalto” de “vida”? Vamos lá: recuperação.

O SR. CAIO MEGALE – Recuperação das vias públicas. Obrigado. É mais fácil.

Foram 200 milhões para a Habitação, mais 30 milhões para vias públicas. Agora, o maior mesmo é o do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, para a Saúde. Nós estamos ali na reta final dessa operação. Nós, da Fazenda e da Saúde, estamos indo para Brasília, no início da semana que vem, negociar com o BID e com a Secretaria do Tesouro Nacional os termos finais do contrato. O contrato nos parece bem adequado. Fechado o contrato, vai ao Senado. Com o Senado aprovando, nós já podemos fazer o cronograma de desembolso.

São cem milhões de dólares, que eram 300 milhões de reais. Agora, já é mais. As incertezas eleitorais fizeram com que esse número subisse. Agora, não sabemos como vai estar esse câmbio lá na frente, mas o fato é que são cem milhões de dólares que podem ser investidos na Saúde. Isso é fruto dessa importante queda da dívida, que abre espaço para retomarmos as operações de crédito.

Enfim, eu acho que esses, em linhas gerais, são os temas e os pontos que eu gostaria de colocar aqui, para vocês. Abro, então, a palavra para perguntas, debates e discussões. Convido de volta, aqui, os Srs. Marcos e Emerson para recompor a Mesa. Obrigado.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Secretário. Secretário, esse recurso do BID para a Saúde já estava autorizado pela Câmara ou é o que recém deliberamos?

O SR. CAIO MEGALE – Esse já estava autorizado.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Naquele pacote do ano passado?

O SR. CAIO MEGALE – Naquele pacote do ano passado. No ano passado nós fizemos a Saúde, a Habitação, o asfalto, as vias públicas e a Educação. Nós estamos mantendo, ali, a esfera da Educação para ver.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Não foi captado, ainda, então. De Educação está autorizado, mas...

O SR. CAIO MEGALE – De Educação está autorizado, mas ainda não colocamos de pé o projeto. Ainda temos um tempo para colocar de pé.

P – É o que esse dinheiro da Educação?

R – A Educação é uma autorização para investimento. Temos de avaliar se a melhor alternativa é direcionar aos CEUs, a outras obras... Na verdade, essas operações têm sido menos focadas em obras e mais focadas em sistemas de gestão. Não adianta eu pegar o dinheiro, fazer um monte de obras e ficar com uma gestão ruim entre elas e vai gerar um grande custeio, não vai melhorar o serviço.

O nosso projeto com o BID para a Saúde envolve obras, mas envolve muito os sistemas de controle, monitoramento, prontuário eletrônico e os sistemas todos, mas eu não sou o cara mais adequado aqui para detalhar, mas envolve o investimento e a gestão posterior para que os frutos desse investimento sejam maximizados.

P – O da Câmara já votamos em segunda, Presidente? Eu não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu também não me lembro.

O SR. CAIO MEGALE – Votou. Já votou em segunda e nós já temos autorização para a frente, para captação de recursos. Na Segurança Urbana, que é fundamentalmente aquela linha de crédito que o Presidente Temer sinalizou que o BNDES disponibilizaria aos

estados e municípios depois da crise que tivemos ao longo desse ano.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não me lembro quantos projetos a gente aprovou de autorização de linha de crédito.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Então, no ano passado e um este ano.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Foram dois. Um na Educação então...

O SR. CAIO MEGALE – Ano passado foi Saúde, Educação, vias públicas e Habitação e para este ano Segurança Urbana e Transporte.

O projeto do corredor Aricanduva está sendo apreciado nesta semana na Cofix, Comissão de Financiamento Externo, do Ministério do Planejamento com o Ministério da Fazenda. O nosso do BID foi aprovado mais ou menos nesta época no ano passado. Um ano depois dos tramites e etc. tende a sair o recurso. Então, se for aprovado esta semana, e esperamos que seja, mas estamos concorrendo com projetos do Brasil inteiro, aí começamos o processo que deve ser com o Banco Mundial para viabilizar esse recurso. Demora um pouco, mas pelo vamos caminhando.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agora podemos ouvir o Tribunal de Contas. Tem a palavra o Sr. Marcos Chust.

O SR. MARCOS CHUST – Bom dia a todos. Eu que presencio as finanças da Prefeitura faz anos e fico feliz que realmente esteja ocorrendo uma retomada na arrecadação corrente, principalmente, da Prefeitura. Isso é muito positivo.

Quanto às metas fiscais tanto a de resultado primário quanto a nominal, pelas projeções que fizemos, serão atingidas, porém é necessário um pouco de cautela porque apesar das receitas correntes estarem reagindo, na Prefeitura em 2015 e 2017 ocorreram eventos extraordinários notadamente do PPI e entradas muito fortes de depósitos judiciais que ajudaram muito a manter o caixa da Prefeitura saudável.

E o que acontece? Apesar do resultado corrente estar melhorando, é uma exposição orçamentária que não está dividindo o que é recurso livre e o que é recurso

vinculado da Prefeitura. Realmente, o recurso livre, nos últimos anos, ficou bastante defasado. Como não tem nenhuma perspectiva de algum evento extraordinário para este ano, tem de ter cautela com a questão dos recursos livres. Não percebo nos dados apresentados que a Prefeitura está começando a usar os recursos vinculados que tem em caixa porque é uma parcela muito grande de recursos vinculados em caixa, notadamente destinados às Operações Urbanas e não percebo que realmente está se começando a usar de forma importante esses recursos que estão em caixa.

Seria isso.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Secretário?

O SR. CAIO MEGALE - Obrigado pelos comentários. Compartilho da preocupação e da cautela. Na verdade, a despeito dos esforços de manter as despesas abaixo do crescimento das receitas e etc. nós temos eventos extraordinários. Este ano já teve o depósito judicial, a gente mostrou aqui. Isso ajuda a conter no curto prazo, mas dado o crescimento das despesas correntes mais rígidas que se mantêm em um ritmo relativamente alto - aí Previdência, mas também outros, como contratos, subsídios.

Aquele comentário que eu fiz antes do início, esse ritmo de levantamento de depósitos judiciais tende a cair, só que não podemos cair o ritmo de pagamento precatório, ou seja, essa diferença vai pressionar o caixa do Município nos próximos anos. Então, eu compartilho da sua preocupação e da necessidade de cautela.

Com relação à execução dos recursos vinculados, é outro ponto que também é importante a verificação. Hoje nós temos um volume de caixa relativamente elevado em recursos vinculados. Nós tendemos ali na execução do dia a dia do orçamento olhar mais para o Tesouro e estar preocupado com aquilo, por que é aquilo que nos estrangula, mas a execução dos recursos vinculados é fundamental para que o serviço, obras e os projetos sejam entregues de fato à população.

Temos alguns problemas - aí eu acho que a discussão poderia ganhar cores com

Secretário de Obras, Secretário de Habitação, mas você mencionou as operações urbanas. Os projetos de Operações Urbanas, a despeito do caixa, os projetos em muito superavam o caixa porque eu acho que foram feitos em momentos nos quais a economia estava muito bem, a arrecadação de Cepac vinha crescendo, então, fez-se um planejamento que aquele cenário róseo continuaria por mais tempo, planejou-se daquela maneira, veio a crise, despencou arrecadação e a Prefeitura ficou em uma situação difícil por que eram obras iniciadas para projetos grandes e recursos em caixa, mas que não seriam suficientes para completar o projeto. É uma dificuldade mesmo.

O SR. MARCOS CHUST – É realmente uma coisa para se olhar daqui para frente de tá realmente estimulando o uso do recurso.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Secretário.

Lembro o caso emblemático até da Operação Águas Espriadas que a gente recém reviu na Câmara, tem o fatídico túnel e um investimento previsto em obras de viário, alargamento de avenidas. Isso consumiria sozinho o recurso todo previsto para a operação urbana e talvez ainda faltasse, enquanto a gente tem famílias removidas do entorno da Avenida Chucri Zaidan, há anos penduradas no auxílio-aluguel, totalmente insatisfeitas, infelizes e aflitas; e a Câmara Municipal aprovou a destinação de recursos para as obras de habitação - senão isso acaba sempre ficando para o final - e a revisão, inclusive, essa ainda em andamento, de algumas intervenções no viário. É uma revisão até negociada com a Companhia de Tráfego, dizendo o seguinte: “Redução da atividade econômica, arrefecimento do mercado imobiliário”. A gente já não precisa mais prever uma avenida vinte metros mais larga, uma vez que já não é mais tão provável que se faça investimento imobiliário nas dimensões previstas antes. Então, a Câmara tem participado, tem que participar disso também.

Sr. Presidente, como eu já vi que não há inscrições, eu quero pedir licença para fazer uma apresentação para o Sr. Secretário. Tal apresentação foi feita para nós aqui, na Comissão de Finanças. Aliás, eu não lembro se chegou a ser feita a apresentação com

projeção ou se nos foi entregue esse material.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nobre Vereadora, eu não anunciei a presença da Vereadora.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Vice-Presidente da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não precisa pedir para compor a mesa quem é membro da comissão.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Eu mencionei, de passagem, numa outra ocasião para o Sr. Secretário. Aproveito a presença de V.Exa. para chamar a atenção para isso de novo: O Tribunal de Contas foi quem fez esse trabalho. Questiona-se o verdadeiro impacto das medidas de renúncia fiscal, quanto à efetividade. A gente concede renúncia fiscal, na expectativa de promover o desenvolvimento regional, geração de empregos e redução das desigualdades regionais; e a gente avalia muito mal a efetividade disso. Esse é meio que um consenso nacional. Aliás, o IPEA, recentemente, se não me engano, fez um levantamento sobre a não efetividade do gasto social. É difícil medir o impacto efetivo. São necessários inúmeros indicadores, mas há uma parte que é fácil, a distorção, o dolo no mau uso da renúncia fiscal, configurando prática criminosa inclusive. O Tribunal de Contas fez esse levantamento muito bem, de empresas que utilizaram a lei de renúncia fiscal para desenvolvimento, essa da zona Leste, se não me engano, Itaquera. Invocaram a renúncia fiscal, alegando que estavam criando ali empreendimentos com o perfil previsto na lei, ou seja, empreendimentos de mão de obra intensiva. O caso típico é *telemarketing*. Então, essas empresas obtiveram renúncia fiscal, dizendo que estavam instalando suas unidades, filiais suas, no perímetro incentivado. E aí o que o Tribunal constatou *in loco*? Mostrou-se que o endereço informado por essas empresas não é onde as empresas realmente operam, ou seja, elas não geraram nenhum posto de trabalho na zona Leste, e foi o motivo pelo qual elas tiveram direito ao incentivo. Então, assim, é concorrência desleal, é fraude, é crime.

Por exemplo, há esse caso aqui, sobre o valor da renúncia: de agosto de 2015 a

setembro de 2017, dois milhões de reais de ISS, alegando gerar emprego na zona Leste. Aí há a foto onde estaria funcionando a empresa. Não há nada. O imóvel está vazio e o endereço é falso. Então, podemos voltar a falar desse assunto aqui e trazer isso para o Sr. Secretário da Fazenda, para que o gabinete do Sr. Prefeito, a Secretaria de Governo articule todas as partes, com responsabilidade, por apurar isso, por recuperar esse valor desviado, essa renúncia fraudada. Esse é um ponto.

Há outro ponto, Sr. Secretário, que não está na apresentação, e eu gostaria de aproveitar a sua presença falar aqui sobre um assunto que o Vereador Paulo Frange conhece muito melhor do que eu, que diz respeito ao pagamento da taxa dos Resíduos Sólidos de Saúde, o RSS por grandes geradores. Eu não conheço bem o caso, eu não me lembro bem dos detalhes, mas é, mais ou menos, assim: Há alguns anos, os grandes geradores de resíduos sólidos de saúde foram enquadrados numa determinada categoria de incidência, da qual eles discordaram e recorreram à Justiça. Deixaram de recolher a taxa e recorreram à Justiça, alegando que o enquadramento era irregular. É alguma coisa assim. O tempo passou e, de fato, o enquadramento foi revisto. As regras para o enquadramento dos grandes geradores de saúde foram revistas, e há problemas, inclusive, porque ela foi revista no seguinte sentido: Hoje é autodeclaração. Até onde eu sei, o único hospital que se declara um grande gerador de resíduo de saúde é o Oswaldo Cruz. Os outros hospitais, todinhos de São Paulo, não se autodeclaram como grandes geradores de resíduos sólidos de saúde. Então, isso já configura aí um problema de sonegação.

Enfim, voltando à situação anterior, disse o Vereador Paulo Frange, há um tempo aqui na Câmara Municipal, em plenário, no Colégio de Líderes, que os grandes geradores estariam - esses que entraram na Justiça, questionando o enquadramento anterior, que, inclusive, já foi revisto - toda a disposição em fazer um acordo com a Prefeitura, para equacionar o pagamento desses valores, que são muito significativos.

Como o Vereador já fez em outra ocasião, então, eu faço um apelo, para que a

Prefeitura, no caso, imagino, a Procuradoria do Município procure trazer uma conclusão para esse caso. Se, de fato, existe a possibilidade de um acordo favorável para as duas partes, a Prefeitura, quer dizer, a perspectiva de receber um recurso... Caso contrário, vai ficar pendente de uma disputa judicial, a gente sabe lá por quanto tempo. Então, esse é o meu apelo, Sr. Secretário. Obrigada.

O SR. CAIO MEGALE – Obrigado, nobre Vereadora. Eu queria fazer alguns comentários sobre a apresentação. Primeiro, de fato, V.Exa. já havia comentado comigo e eu pedi para a nossa área de fiscalização olhar, avaliar, fazer uma fiscalização, de fato, sobre essas empresas especificamente. Nós temos o cadastro do contribuinte municipal para averiguação, se as empresas que se dizem estar, em outros municípios, estão, de fato, ou não em São Paulo. Então, é algo parecido, porque em muitas empresas, isso acontecia no passado, até a gestor anterior, quando isso foi implantado. As empresas iam para as cidades, onde o ISS é mais barato. Diziam que estavam lá, mas, na verdade, estavam aqui, e aí nós passamos a exigir um cadastro. Tal cadastro teve muito sucesso, foi implantado com muito sucesso. Pode precisar de um ajuste ou outro. Não temos a burocracia de declaração, mas acho que está bem feito. Isso deu uma boa melhorada na arrecadação, porque muitas empresas passaram a ter que mostrar que estavam, de fato, lá e as que pararam de dizer que estavam lá passaram a recolher por aqui. Isso é importante, e eu acho que tem que ir numa ação semelhante.

Para além dessa questão específica, nós estamos também muito debruçados na questão das renúncias fiscais. Nós montamos um grupo de trabalho, na Secretaria da Fazenda, para fazer uma avaliação. Até cogitamos, avaliamos a possibilidade ou a pertinência de contratar uma FGV, uma FIPE, alguém para nos auxiliar nesse trabalho. Isso não se mostrou necessário. A gente, com a nossa equipe, conseguiu fazer um bom trabalho. Fizemos um excelente levantamento. Nunca tinha sido feito isso na Prefeitura, do estoque mesmo de renúncias fiscais. Todo ano, na lei orçamentária, a gente tem que colocar o que está sendo

esperado para o ano seguinte, mas esse histórico, para além do fluxo histórico, quanto o que a Prefeitura abre mão de recursos, nunca havia feito isso. Nós fizemos um pouco inspirado no trabalho que a Receita Federal fez para o País. Está quase pronto. Em algum momento, espero que, em breve, nós vamos poder transparecer isso, colocar isso no *site* da Fazenda, colocar no *site* da Prefeitura e mostrar quanto custa cada incentivo. Aí a dimensão desses incentivos é muito variável. Depende de critérios. Por exemplo, um critério que é complicado a gente estabelecer é o próprio ISS, porque ele pode ser, na verdade, estabelecido entre 2% e 5%. É isso que diz a lei.

A pergunta é: “Se eu não coloco 5% em algum setor, eu estou renunciando?” Pode ser que sim, pode ser que não. É um debate. Em muitos setores, são 2% de ISS, 2,5% ou 3%. Será que estão renunciando ali ou isso não é uma renúncia? Ou renúncia é como, no caso aqui, da zona Leste, que nós, de fato, estamos tirando ISS para aqueles setores? Enfim, dá para fazer todas as gradações ali de renúncias e eu quero transparecer isso para a sociedade, fato que eu acho da maior importância.

Com relação à questão dos resíduos sólidos da saúde, eu certamente vou levar adiante. O Sr. Secretário Rubens Rizek e o nosso Procurador Geral, Sr. Guilherme Bueno, são muito afeitos a estabelecer algum rito mais formal de negociações, ou seja, desjudicializar os processos e tentar resolver. É delicado, não é fácil, porque nós estamos tratando, ao fim, ao cabo de recursos públicos, que precisam ter muita transparência, precisam ter critérios muito objetivos, mas o Sr. Rubens tem uma agenda nessa direção, e eu acho que vale a pena explorar e colocar esse tema aqui inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sr. Secretário, eu vou suspender os trabalhos, para abrir a reunião extraordinária da Comissão de Finanças e Orçamento, com a presença da Vereadora Soninha Francine, deste Vereador, da Vereadora Rute Costa e dos Vereadores Ota e Vereadora Adriana Ramalho.

Há número legal. Como Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro

abertos os trabalhos da 5ª reunião extraordinária do ano de 2018.

Informo que esta reunião está sendo transmitida no portal da Câmara - www.saopaulo.sp.leg.br, *link* Auditórios *On-Line*.

Agora então, imediatamente, eu vou suspender essa reunião extraordinária e retornarmos a nossa audiência pública.

Muito obrigado pela compreensão.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sr. Secretário, V.Exa. havia completado o raciocínio?

O SR. CAIO MEGALE – Completei o raciocínio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não há perguntas. Uma observação que eu faço é que a capacidade de investimento é de mais de um bilhão. É o grande drama para todo ano. O apelo é a retomada dos CEUs acho ser extremamente importante. Não tenho uma especialidade em engenharia.

Consta-me que a construção dos CEUs, esses que estão em andamento, não tenho os dados, são catorze. Eles são extensão do que já existe. Há quem diz que são puxados. Eu não sei. Há alguns que são sequência daquilo que existe. Existe uma CEMEI. Então, eu acho que isso tinha que ser prioridade. Não me consta que, nesse ano, retome-se absolutamente nada, por conta desse valor.

Então, com relação à retomada dos CEUs, Sr. Secretário, V.Exa. tem alguma informação precisa? Aproveite a oportunidade e também fale do Hospital da Brasilândia.

R – O Hospital da Brasilândia está caminhando. Parelheiros tende a ser terminado entre esse ano e o ano que vem.

P – Está dentro da programação financeira.

R – E a Brasilândia está indo. Nós tivemos que fazer uma reestruturação no projeto. Ele foi revisto. Era um projeto exuberante. Ele passou por algumas adequações. Enfim, está

caminhando. Se não me engano, nesse ano, foram 80 milhões de reais destinados ao Hospital da Brasilândia, mas eu preciso pegar os números com detalhes.

Com relação à retomada dos CEUs, é uma prioridade declarada do Sr. Prefeito Bruno Covas. Nós tivemos uma boa notícia recente. No ano passado e até meados nesse ano, continuam muito pressionados com recursos, mas tivemos uma boa notícia, que foi a finalização do acordo com o Parque Augusta. Aqueles recursos eram prioritários ao Parque Augusta. Como o Parque Augusta foi equacionado, eles podem ser direcionados a obras em creches. Há creches nos CEUs. Então, nós podemos retomar os CEUs na parte da Educação Infantil, da primeira infância, com esses recursos. É uma notícia. Nós estamos nos planejando para, no ano que vem, nós avançarmos, mas temos um problema, que se chama previdência. A despesa de previdência cresce um bilhão por ano, e isso espreme habitação, espreme saúde e espreme educação. Os CEUs, para serem completados todos, demandaria algo em torno de 600 milhões de reais. Então, se nós não tivéssemos um acréscimo no *déficit* da previdência, algum acréscimo, não o tamanho do *déficit*, se o acréscimo no *déficit* da previdência fosse metade do que vai ser, no ano que vem, o acréscimo do *déficit* fosse metade, nós terminaríamos os CEUs.

P – Tudo é culpa da previdência.

R – É como uma viagem de avião, decola.

P – Ladeira acima, caminha um pouco.

R – Voo de cruzeiro.

P – Agora vem ladeira abaixo.

R – Então, têm que calibrar, para que o pouso seja suave e não o avião caia lá para novembro.

P – Que dia chega a Peça?

R - Sexta-feira.

P – Dia 30. É obrigatório chegar.

R – Ou seja, nós temos até domingo para entregara Peça, mas nós vamos um esforço, para entregar com dois dias de antecedência, na sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está bom. Então, muito bem. Estamos aqui ansiosos para o orçamento do ano e fazermos grandes debates.

Então, muito obrigado, Sr. Secretário, ao Chust mais uma vez, e aos Colegas que aqui compareceram.

Em nada mais havendo a ser tratado, está encerrada essa audiência pública.